Plano Agrícola e Pecuário 2012/13

Mais recursos e menos juros

O PLANO Agrícola e Pecuário (PAP) 2012/2013 revela a orientação das políticas agrícolas e prioridades do governo, com a definição das linhas de financiamento para a produção rural e seus detalhes operacionais – taxas de juros, carência, prazo para pagamento e limite por tomador.

Estão previstos R$ 115,2 bilhões para financiamento da agricultura empresarial, sem a inclusão do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). A cifra representa um crescimento de 7,5% em relação à safra anterior. Desses recursos, R$ 86,9 bilhões serão destinados para financiar o custeio e a comercialização e R$ 28,2 bilhões para os programas de investimentos.

Entre as safras 2003/04 e 2012/13, os recursos disponibilizados para a agricultura empresarial tiveram um salto de 325,9%, bem acima da taxa de inflação apurada no período. O aporte total de recursos para a agricultura, incluindo a familiar, é de R$ 133,2 bilhões, o que representa um aumento de 8,1% em relação à temporada passada, quando foram disponibilizados R$ 123,2 bilhões.

Ao mesmo tempo em que se anunciou a ampliação dos recursos disponíveis, segundo o governo, houve uma redução de 18,5% nos custos dos financiamentos para o produtor. O novo plano reduz de 6,75% para 5,5% a taxa anual de juros.

Limites de crédito para custeio e comercialização

O limite de crédito a ser disponibilizado para custeio, por beneficiário, aumentou de R$ 650 mil para R$ 800 mil. Para comercialização, o limite passou de R$ 1,3 milhão para R$ 1,6 milhão. Em ambos os casos, o aumento foi de 23% em relação à safra anterior.

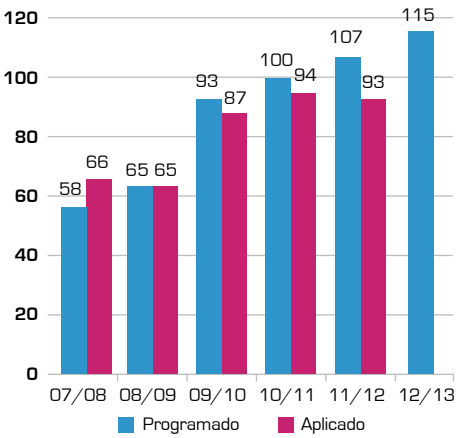
Crédito para investimento

Como principais destinações de crédito para investimento o novo plano destaca:

- R$ 3,4 bilhões para o Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC);
- R$ 6,65 bilhões para os Programas de Sustentação de Investimento Rural (PSI Rural), de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota) e de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem (Moderinfra);
- R$ 3,0 bilhões para o Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (Procap-Agro), sendo R$ 2,00 bilhões para capital de giro;
- R$ 4,0 bilhões para o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp).

As principais mudanças em relação ao ano passado foram a redução da taxa mínima de juros de 6,75% ao ano para 5,5% ao ano, sendo que para os programas ABC e Pronamp as reduções foram, respectivamente, de 5,5% e 6,25% para 5,0% ao ano. ■

Brasil: Evolução do financiamento rural (R$ bilhões)



Fonte: Mapa

Principais programas de investimento do PAP 2012/13

Programa	Limite de crédito** (R$ mil)	Prazo máximo (anos)	Carência (anos)	Taxa de juros (% a.a.)
ABC	1.000	15	6	5,0
Moderagro	600	12	3	5,5
Moderinfra	1.300	12	3	5,5
Moderfrota	*	10	2	5,5
PSI Rural	*	10	3	5,5
Prodecoop	100.000	12	3	5,5
Procap-Agro(1)	50.000	6	2	5,5
Pronamp	300	nd	nd	5,0

*Até 100% do valor orçado. **Por beneficiário. nd: não divulgado
Fonte: Mapa

Balanço do pacote

Em momento oportuno para a tomada de decisões mais precavidas e menos tumultuadas por parte do agricultor, o governo anunciou um pacote de medidas para a safra 2012/13. Naturalmente, o seu impacto não foi uniforme entre as cadeias produtivas do agronegócio. Cada uma delas experimenta alterações estruturais e movimentos conjunturais bem particulares. Existem aquelas embaladas com ventos a favor e contrários para a expansão das atividades.

A avaliação dos resultados econômicos obtidos nos últimos dez anos é um ponto de partida para analisar o grau de capitalização da agropecuária. Depois do tombo verificado nos exercícios de 2005 e 2006, em termos gerais, a evolução do valor bruto da produção entrou em fase bem mais favorável. O incremento ocorrido nos preços dos produtos deu vitalidade nessa tendência, principalmente nos casos do café, dos cereais e das oleaginosas. A cana-de-açúcar, por exemplo, teve caminho inverso, com redução na produção por uma série de motivos.

Brasil: Evolução do Valor Bruto da Produção Agropecuária – em R$ milhões

Ano	Agricultura	Pecuária	Total
2003	114.585	67.578	182.163
2004	113.924	68.087	182.011
2005	101.518	72.448	173.966
2006	99.259	68.411	167.670
2007	138.719	84.748	223.467
2008	183.831	106.979	290.811
2009	171.722	100.185	271.907
2010	158.330	97.899	256.230
2011(*)	187.206	113.855	301.061

Fontes: Conab/CNA, a partir de dados do IBGE e da FGV (*) estimativa.

Preços corrigidos pelo IGP-DI de janeiro de 2012.

Entre as ênfases salientadas nos Planos Safras das últimas temporadas, o maior destaque, sem dúvida, ficou por conta da trajetória ascendente na disponibilidade de recursos programados para o crédito rural. Os volumes sofreram ganhos reais expressivos e ficaram bem acima das taxas de inflação, além de terem sido acompanhados de reduções nas taxas de juros. Esta redução no custo de financiamento está sendo fortemente estimulada pelo governo em todos os setores da economia.

Na verdade, com maior controle nos agregados macroeconômicos, o governo consegue aumentar a sua capacidade para desenvolver políticas agrícolas mais generosas quanto à oferta e ao custo dos financiamentos. Não obstante, chama a atenção o fato da persistente diferença entre os créditos programados e aplicados. A sobra de recursos, aparentemente, não se justifica quando se toma o tamanho do orçamento de custeio da agropecuária, que, segundo estimativas oficiosas, ronda a casa de R$ 180 bilhões.

Uma parte da resposta, para explicar essa menor demanda em relação à oferta de crédito rural, pode ser constatada na dificuldade de acesso encontrada por muitos agricultores, principalmente pela deficiência para cumprir as exigências cadastrais. Os bancos apertaram o torniquete no rigor das análises para a liberação de crédito, em particular depois da crise externa de 2008.

As políticas agrícolas no Brasil apresentam uma história de constante evolução e aprimoramento. No momento presente, ganha prioridade a consolidação mais forte das ferramentas de seguro rural, pois predisporá os agentes financeiros a uma posição mais positiva na concessão do crédito. Nesse sentido, o clima é de certa frustração. O volume destinado à subvenção do prêmio do seguro rural ficou aquém da demanda do setor, de R$ 670 milhões. Foram prometidos R$ 267 milhões, projetados para assegurar mais de 6 milhões de hectares, o equivalente a R$ 8 bilhões. Para 2013, outros R$ 133 milhões serão aportados, de modo a garantir a importância de R$ 400 milhões aos médios produtores.

De qualquer forma, pelo menos no curto prazo, quando se trata do plantio e da produção de cereais e oleaginosas, o cenário é bem otimista. A falta de chuvas e o tempo seco nas regiões do meio oeste norte-americano, justamente nessa fase crítica das lavouras, que delimitam o chamado período de clima *(wheater market)*, fazem com que o Departamento da Agricultura promova cortes superiores a 50 milhões de toneladas na produção. A reação das cotações é imediata, com seguidas altas e recordes nas cotações. Esse contexto incentiva o aumento na área semeada brasileira e a perspectiva de colheitas cheias e superiores a 170 milhões de toneladas para a safra 2012/13.

Mas, diante do agronegócio brasileiro, diversificado como em poucos países no mundo, existem preocupações justificáveis em algumas cadeias produtivas, que precisam de soluções emergenciais. Na citricultura, o excedente de quase 40 milhões de caixas coloca em risco a renda de empresas e o desmonte de milhares de empregos. O setor sucroenergético padece de compensações para enfrentar o congelamento do preço da gasolina. A pressão no custo de produção, com o aumento de preço do milho e da soja, não consegue ser repassada nos preços, e a suinocultura defronta com grandes prejuízos. Tudo isso faz parte de uma agenda pesada para ser cumprida nos próximos meses.